

Mesa-Redonda: DOENÇAS EMERGENTES E NEGLIGENCIADAS: RISCOS, CONSEQUÊNCIAS E ENFRENTAMENTO

Coordenador: Samuel Goldenberg (FIOCRUZ)

Palestrantes: Claudia Nunes Duarte dos Santos (FIOCRUZ), Marcio Lourenço Rodrigues (FIOCRUZ) e Renata Cristina Picão (UFRJ)

Dia/Hora: 28/7/2023 - das 13h00 às 15h30

Palestrante: Renata Cristina Picão

Urgente, mas negligenciado: o cenário da resistência aos antibióticos no Brasil

A resistência aos antimicrobianos (RAM) representa um importante problema de saúde pública global pois, além de aumentar a mortalidade de infecções, prejudica o controle da disseminação das doenças infecciosas, e multiplica os custos da assistência à saúde. Em paralelo, o desenvolvimento de novos antimicrobianos não ocorre com a mesma velocidade com a qual bactérias resistentes surgem e se disseminam e, como consequência, a humanidade pode vir a enfrentar uma era pós antibiótica, onde os infecções e procedimentos médicos simples estariam associados a grandes riscos à saúde. T tamanha crise sanitária traria consequências econômicas igualmente graves. Simulações do Banco Mundial para 2050 sugerem que em um cenário otimista de impactos relativamente baixos, a RAM não controlada pode reduzir o PIB global anual em 1,1% até 2050. Em um cenário mais pessimista, este impacto seria de 3,8% por ano, o que é comparável às perdas causadas pela crise financeira de 2008-09, com a diferença que o dano infligido pela RAM não controlada continuaria por décadas, e os países de baixa renda sofreriam os piores efeitos.

Apesar deste cenário alarmante, a resistência aos antimicrobianos é, antes de tudo, um fenômeno natural. Assim como a humanidade foi encontrar na natureza as moléculas que geraram os antibióticos que hoje tratam as infecções, é também nela que estão os determinantes de resistência a essas drogas. Os estudos têm sugerido que provavelmente os genes de resistência foram mobilizados a partir do genoma de bactérias ambientais produtoras de antibióticos, ou das que compartilham nichos ecológicos com organismos produtores destes compostos, e que, em algum momento, foram levados aos ambientes de alta pressão seletiva por hospedeiros colonizados. Os microrganismos ambientais que apresentam os mecanismos de resistência aos antibióticos de forma intrínseca dificilmente causam infecções em humanos e outros animais. Apesar disso, bactérias são microrganismos muito versáteis e as trocas horizontais de material genético

culminaram com a emergência de patógenos resistentes, o que foi impulsionado pela pressão seletiva exercida pelos antimicrobianos.

A interferência humana na natureza propiciou, assim, a amplificação e disseminação de bactérias resistentes, sobretudo nos países em desenvolvimento. A assistência à saúde praticada muitas vezes em condições sub-ótimas implica que antimicrobianos sejam extensivamente utilizados nos hospitais. Somado a isto, a produção agropecuária resulta na utilização destes medicamentos em grande escala também no ambiente. Em ambos os contextos, a histórica falta de políticas públicas para abordar as consequências de tais práticas facilitou a contaminação do ambiente com resíduos desses medicamentos e bactérias a eles resistentes. Em consequência, cidades superpopulosas com sistemas de saúde ineficientes, falta de controle do uso de antimicrobiano e ambientes com condições sanitárias precárias configuraram os terrenos férteis para a evolução da resistência nos hospitais e fora deles. A complexidade da RAM e sua disseminação na esfera humana, animal e ambiental implica na necessidade de uma abordagem multisetorial e integrada para o seu controle, que leve em conta fatores geográficos, climáticos, socioculturais e de infraestrutura e, portanto, seja conduzida globalmente, sem deixar de observar as especificidades locais.

Na última década, muitas agências internacionais dedicaram esforços para estabelecer um plano global para desacelerar a evolução da RAM. O Brasil participa dessa iniciativa por meio do Plano de Ação Nacional para Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos do Brasil (PAN-BR), planejamento estratégico que integra atores como Ministério da Saúde (MS), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério das Cidades (MCidades), Ministério da Educação e Cultura (MEC), Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Fundação Nacional de Saúde (Funasa), além do apoio do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e da Agência Nacional de Águas (ANA). O Plano Estratégico do PAN-BR contém 14 Objetivos Principais, 33 Intervenções Estratégicas e 75 Atividades, alinhados aos 5 Objetivos Estratégicos do Plano de Ação Global que são: i) melhorar a conscientização e a compreensão a respeito da RAM por meio de comunicação, educação e formação efetivas; ii) fortalecer os conhecimentos e a base científica por meio da vigilância e pesquisa; iii) reduzir a incidência de infecções com medidas eficazes de saneamento, higiene e prevenção de infecções; iv) otimizar o uso de medicamentos antimicrobianos na saúde humana e animal; v) preparar argumentos econômicos voltados para um

investimento sustentável e aumentar os investimentos em novos medicamentos, meios diagnósticos e vacinas além de outras intervenções.

Apesar do grande esforço para integrar os diferentes setores na produção do documento, a falta de coordenação das ações provocou a estagnação do processo e o PAN-BR não avançou. Esse contexto demonstra claramente que a RAM é de fato um problema de saúde pública de grande relevância, mas que é negligenciado no Brasil. O plano para desacelerá-la existe, mas somente será efetivo quando o controle da RAM for instituído como política de estado.